



IX CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 4ª REGIÃO

1ª PROVA ESCRITA

INSTRUÇÕES:

1. O candidato está recebendo um caderno de prova, que constará de uma sentença cível e duas questões, bem como uma capa contendo folhas pautadas e em branco. A identificação será feita somente na capa da prova, com o nº de inscrição, Estado, nome e assinatura. Após a identificação na capa da prova, o local indicado será lacrado pelo fiscal.
2. A prova possui 03 (três) folhas numeradas, devendo ser conferida pelo candidato antes de seu início.
3. Nesta prova o candidato poderá consultar legislação, desacompanhada de qualquer comentário, jurisprudência ou súmulas.
4. Na redação da prova o candidato usará caneta de tinta indelével ou máquina de escrever própria. A redação deverá ser feita de forma legível.
5. A prova terá duração de 05 (cinco) horas, improrrogáveis.
6. Todas as folhas utilizadas pelos candidatos deverão ser devolvidas, inclusive as de rascunho.



IX CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 4ª REGIÃO

1ª PROVA ESCRITA

***1ª Questão:* Prolatar sentença cível, considerando o texto anexo como relatório, devendo elaborar somente os fundamentos e o dispositivo da sentença.**

José da Silva e Maria da Silva, brasileiros, menores, ele com 19 anos e ela com 14 anos de idade, residentes e domiciliados em Canoas, RS, por sua mãe, Geni da Silva, promoveram contra a União, perante a Vara Federal de Canoas, RS, uma ação de indenização, alegando serem filhos de João da Silva, técnico em construção civil, morto no dia 1º de abril de 1990, em consequência de atropelamento, na cidade de Porto Alegre. Dizem que o seu pai voltava do trabalho, quando foi colhido por um automóvel que trafegava em altíssima velocidade, dirigido por um indivíduo que fugia da polícia, depois de ter conseguido iludir a vigilância da guarda que o conduzia para uma audiência de interrogatório na Justiça Federal, onde respondia a processo por tráfico internacional de entorpecentes. Pedem a condenação da União ao pagamento de uma indenização de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), dividida em duas parcelas assim determinadas: a primeira, de R\$ 780.000,00 (setecentos e oitenta mil reais), pela privação do sustento que o pai lhes alcançaria até o final de sua vida, calculada em 65 (sessenta e cinco) anos, já que percebia cerca de R\$ 1.000,00 (um mil reais) por mês, como autônomo, na sua atividade profissional; a segunda, de R\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais), por danos morais, visto terem ficado órfãos ainda na mais tenra idade.

Citada, a União ofereceu contestação, argüindo, preliminarmente, a incompetência absoluta do juízo federal de Canoas, pois o acidente que deu origem à demanda ocorreu na capital do Estado. Levantou, ainda, as seguintes preliminares: inépcia da petição inicial, que ora invoca a teoria da responsabilidade objetiva ora sustenta a culpa dos agentes que permitiram a fuga do preso causador do acidente, dificultando dessa forma o exercício da defesa; ilegitimidade passiva para a causa, pois o preso estava recolhido em presídio estadual.



No mérito, sustentou a prescrição por terem transcorrido mais de cinco anos desde a data do fato; que a vítima não foi atropelada por veículo oficial; que a Administração só responde objetivamente por danos que seus agentes, nessa qualidade, causem a terceiros; e que, de resto, os policiais que perseguiram o fugitivo estavam no estrito cumprimento do seu dever legal, não tendo concorrido de nenhuma forma para o sinistro.

Impugnou, ainda, o valor pretendido, afirmando que a vítima não percebia a renda mensal alegada; que ela já tinha 40 (quarenta) anos na data do falecimento; que os filhos só têm direito a alimentos do pai, na melhor das hipóteses, até atingirem a maioridade; que o dano moral não é indenizável; e que, de resto, a quantia exigida era manifestamente exorbitante.

Intimados para falar sobre a contestação, os demandantes replicaram todas as preliminares, reafirmaram a responsabilidade da União e insistiram nos valores pretendidos.

O Ministério Público Federal foi intimado e nada requereu, considerando que os interesses dos menores estavam sendo bem atendidos.

Em seguida, o juiz declarou que as preliminares seriam decididas juntamente com o mérito e colheu a prova requerida pelas partes: as testemunhas dos autores confirmaram as circunstâncias em que ocorreu o atropelamento da vítima, destacando que uma viatura da Polícia Federal perseguia o fugitivo. Disseram, também, que o falecido era um profissional conceituado na sua área e que ganhava bem mais do que indicado na inicial; as testemunhas da ré, por sua vez, informaram que o preso vinha da Penitenciária Estadual e estava sendo conduzido por uma escolta composta por policiais civis e federais; que não houve propriamente uma perseguição ao foragido, mas um acompanhamento à distância; que o acidente ocorreu por culpa exclusiva do atropelador, que perdeu o controle do carro que dirigia.

Antes de terminar a audiência, o advogado dos autores pediu a antecipação da tutela, alegando que eles, por serem menores com baixo grau de instrução, não encontram colocação para trabalhar e vêm passando necessidades, pois a sua genitora está doente e foi demitida do seu emprego de empregada doméstica.

Os autos foram conclusos para julgamento.



2ª QUESTÃO (resposta em aproximadamente 30 linhas):

Identifique o conteúdo dos seguintes princípios administrativos: a) razoabilidade; b) eficiência; c) publicidade; d) moralidade ou probidade.

3ª QUESTÃO (resposta em aproximadamente 30 linhas):

SINFRÔNIO LABORATÍCIO, nascido a 1º de maio de 1952, trabalhou na roça com seus pais, em regime de economia familiar, comprovado por testemunhas, desde os dez anos de idade até 01-06-1970, quando iniciou a prestação do serviço militar, que se estendeu até 03-07-1971. Após sua baixa do Exército, passou a exercer a atividade de balconista em uma ferragem. Nessa, a sua relação de emprego perdurou doze anos e meio, sendo que, a partir do quinto ano, gozou do benefício de auxílio-doença por dois anos e meio. Rescindido o seu contrato de trabalho, ficou desempregado por um período de dezoito meses. Ao depois, empregou-se em uma oficina de chapeação e pintura, onde exerceu atividade laboral insalubre durante cinco anos. Cessado o seu contrato de trabalho naquela atividade, após aprovação em concurso público, passou a exercer o cargo de escriturário da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, em regime estatutário, permanecendo na referida função por um período de dois anos e meio. Por fim, estabeleceu-se com escritório de advocacia nesta Capital, contribuindo como autônomo até 17-12-1996. Em 31 de dezembro de 1998, requereu aposentadoria por tempo de serviço. A autarquia Previdenciária indeferiu o seu pedido pelos seguintes motivos: a) desconsideração do tempo de serviço rural, porquanto o requerente não exibiu prova documental da atividade rurícola em nome próprio, mas no de seu pai; não recolhimento das respectivas contribuições previdenciárias e, ainda assim, somente poderia contar o tempo de serviço rural a partir dos 16 anos de idade; b) ser insuficiente para a aposentadoria o tempo de serviço prestado nas demais atividades; c) não cumprimento do período de carência necessário à sua concessão; d) não implemento da idade mínima para o benefício; e) já havia perdido a qualidade de segurado bem antes de 31-12-1998.

Pergunta-se: estão corretos os fundamentos da decisão do INSS?

Justifique as respostas conforme as normas constitucionais e legais então vigentes.